GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
SECRETARIA DE FINANÇAS DO ESTADO DE RONDÔNIA
TRIBUNAL ADMINISTRATIVO DE TRIBUTOS ESTADUAIS

PROCESSO : N° 20162900100109
RECURSO : VOLUNTÁRIO N° 628/18
RECORRENTE : TRANSPORTES BERTOLINI LTDA
RECORRIDA : FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL
RELATOR : Julgador Carlos Napoleão
RELATÓRIO : N° 292/19/TATE/CRE/2ª Câmara de Julgamento

02- VOTO

02.1- Trata-se de autuação fiscal efetuada na data de 24.01.2016, no Posto Fiscal de Vilhena/RO, em que a descrição da infração é de que o sujeito passivo acima identificado emitiu o CTE de n° 5924, para acobertar o transporte das mercadorias da NF de n° 716, com valor bem abaixo da pauta, porquanto se trate de substituição tributária, já que o veículo é de propriedade da Transportes WEK Ltda. Demonstrativo dos cálculos do imposto e multa: ICMS: $R\$,3,305 \times 25,2 \text{ ton} \times R\$,139,25 = R\$,11.597,57 - R\$,6.804,00 = R\$,4.793,57 \times 12\% = R\$,575,22$. MULTA: 90% de $R\$,575,22 = R\$,517,70$.

02.2- Pelo exposto constam como infringidos os arts. 26, e 53, do RICMS/RO aprovado pelo Dec. 8.321/98, c/c a Pauta de Preços Mínimos de n° 001/2010, e via de consequência sujeitando-se à penalidade do art. 77, inc. IV, letra "a", item 4, da Lei n° 688/96 acrescentado pela Lei n° 2.340/10.

02.3- Para fundamentar o lançamento tributário os autuantes carregaram para os autos: o CTE de n° 5924; a NF eletrônica de n° 716; comprovante de pagamento do DARE; certificado de registro e licenciamento de veículo; e correspondência para ciência do sujeito passivo sobre o AI em questão, docs. de fls. 03/07.

02.4- Estabelecido o contraditório e o direito de ampla defesa tem-se que as partes se manifestaram, conforme se observa pelo relatório acostado a este PAT, doc. de fls. 90/91.

02.5 - A norma tida como infringida se refere aos arts. 26, e 53, do RICMS/RO aprovado pelo Dec. 8.321/98, c/c a Pauta de Preços Mínimos de n° 001/2010, que estabelece procedimentos quanto ao valor mínimo das operações ou prestações que poderá ser fixado em pauta fiscal expedida pela Coordenadoria da Receita Estadual - CRE (Lei 688/96, art. 18, § 6º); quanto aos prazos para

recolhimento do ICMS; e que estabelece a pauta de preços mínimos a ser aplicada na prestação de serviço de transporte rodoviário interestadual e intermunicipal de cargas, respectivamente.

02.6 – Intimado do AI, o sujeito passivo interpôs defesa tempestiva de fls. 10/14, para pugnar pela sua improcedência considerando que existe regra da subcontratação nos transportes, quando o subcontratante é quem emite o conhecimento de transporte que dá origem ao ICMS a ser pago; que o Convenio SINIEF nº 06/98 define com propriedade quem é o emitente do conhecimento de transportes e que a empresa transportadora não é obrigada a ela própria fazer o transporte, podendo delegar dessa faina (trabalho) para terceiros; que foi incabível a autuação perpetrada pelos fiscais, posto que a transportadora emitiu corretamente os seus CTes.

02.7 – Em instancia singular, a ação fiscal julgada procedente e declarada como devido o crédito tributário no valor de R\$-1.092,92 (um mil e noventa e dois reais e noventa e dois centavos), considerando ficar comprovada a ilicitude tributária praticada pelo sujeito passivo, pois o auto de infração foi lavrado em razão do subfaturamento do valor do frete em relação ao preço fixado em pauta de preços mínimos e que a defesa ateve-se a tese da subcontratação e que a sublocação de direito ficou comprovado de fato com fulcro na abordagem do posto fiscal, onde se constatou que o transporte era realizado através do veículo trator Scania de placa MAO 2302 de propriedade da empresa Transportes Wek Ltda, e ainda que cabe ao sujeito passivo comprovar a exatidão do valor que utilizou como base de cálculo do imposto, o que não se vislumbra nestes autos, conforme fundamentou em sua peça decisória de fls. 44/47.

02,8 – Inconformado com a decisão de instancia singular que lhe fora desfavorável, o sujeito passivo interpôs recurso voluntário de fls. 51/61, para pugnar pela reforma da decisão proferida em 1ª instancia, bem como pela improcedência do AI, considerando que as acusações levantadas são equivocadas e que nele nada está materializado e que a carga foi promovida pela recorrente, a qual possui inscrição no Estado de Rondônia, o que é provado pelo próprio CTe de nº 5924 constantes do AI, bem como entende que não resta outro caminho que não seja a desconstituição dessa autuação fiscal, pois é irregular, ilegal e improcedente.

02.9 – Pelo que se depreende dos autos a acusação fiscal é por haver o sujeito passivo prestado serviço de transporte de mercadorias (sucata) acobertadas por documento fiscal, Conhecimento de Transporte Eletrônico – CTE de nº 005924, fls. 03, onde utilizara como base de cálculo do imposto, valor inferior aquele apurado com aplicação da Pauta de Preços Mínimos de nº 001/2010

02.10 – Como anteriormente informado, a norma tida como infringida estabelece procedimentos quanto ao valor mínimo das operações ou prestações que poderá ser fixado em pauta fiscal expedida pela Coordenadoria da Receita Estadual – CRE (Lei 688/96, art. 18, § 6º); quanto aos prazos para recolhimento do ICMS; e que estabelece a pauta de preços mínimos a ser aplicada na prestação de serviço de transporte rodoviário interestadual e intermunicipal de cargas, respectivamente, procedimentos estes que não foram obedecidos pelo autuado, e por consequência a infringir a legislação tributária que trata do assunto.

02.11 – O art. 18, da Lei nº 688/96, em seu § 6º, inciso II estabelece que havendo discordância em relação ao valor fixado, caberá ao contribuinte comprovar a exatidão do valor por ele declarado, que prevalecerá como base de cálculo.

02.12 – Nessa mesma linha o art. 26, § 4º do Dec. 8.321/98, RICMS/RO dispõe que havendo discordância em relação ao valor fixado na pauta fiscal, caberá ao contribuinte o ônus da prova da exatidão do valor por ele declarado, mediante decisão favorável definitiva em processo administrativo, a qual prevalecerá como base de cálculo.

02.13 – No caso em discussão o sujeito passivo não trouxe a contra prova para os autos para validar as suas afirmativas visto que a motivação da autuação é de que o CTE por ele emitido indicou um valor de ICMS abaixo da pauta, e, por conseguinte ocasionando erro na base de cálculo do ICMS devido. Portanto, o valor da pauta deve prevalecer enquanto o sujeito passivo não comprovar nos autos o valor efetivamente recebido pelo serviço de transporte.

02.14 – Em relação ao fato de o veículo transportador não ser de propriedade do sujeito passivo traz implicações no cálculo do valor do imposto, segundo a pauta de preços mínimos principalmente se foi de fato prestado por empresa não inscrita no CAD/ICMS/RO que não é verdade, em razão da autuação.

02.15 – Ressaltam-se, entretanto que a ocorrência da subcontratação do serviço de transporte não se considera como ato irregular e que não foi a causa da lavratura do AI, e sim por haver o sujeito passivo indicado no CTE um valor de ICMS menor do que o estabelecido na pauta, e por conseguinte ocasionando erro na base de cálculo do ICMS devido

02.16 – A questão da ilegalidade e/ou inconstitucionalidade da pauta de preços mínimos arguida pelo sujeito passivo não se compreende na competência do TATE/RO, em razão do art. 90, da Lei nº 688/96.

02.17 – Desse modo, considerando que provado restou que as razões do fisco são suficientes para validar a ação fiscal imputada ao sujeito passivo e por ele não ilidido razões existem para se concluir que deve prosperar.

02.18 – Pelo exposto, e por tudo o que mais dos autos consta conhecemos do recurso voluntário interposto para negar-lhe provimento e confirmar a decisão de instância singular que julgou procedente, o auto de infração, e como devida o crédito tributário apontado na inicial no valor de R\$-1.092,92 (um mil e noventa e dois reais e noventa e dois centavos), a ser atualizado na data do seu efetivo pagamento.

É como VOTO.

Porto Velho - RO., 16 de dezembro de 2021.

CARLOS NAPOLEÃO

Relator/Julgador

Voto Rec Vol 628 18 Transp Bertolini Ltda (Conhecimento de transp elet c erro base calc)

**GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
SECRETARIA DE ESTADO DE FINANÇAS
TRIBUNAL ADMINISTRATIVO DE TRIBUTOS ESTADUAIS – TATE**

PROCESSO : N.º 20162900100109
RECURSO : VOLUNTÁRIO N.º 628/2018
RECORRENTE : TRANSPORTES BERTOLINI LTDA
RECORRIDA : FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL
RELATOR : Julgador - CARLOS NAPOLEÃO

RELATÓRIO : N.º 292/20/2ª CAMARA/TATE/SEFIN

ACÓRDÃO N.º 459/21/2ª CÂMARA/TATE/SEFIN.

EMENTA : **ICMS – PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE TRANSPORTE – ERRO NA BASE DE CÁLCULO DO ICMS – OCORRENCIA** – A acusação fiscal é por haver o sujeito passivo prestado serviço de transporte de mercadorias (sucata) acobertadas por documento fiscal, DACTE de nº 005924, fls. 03, onde utilizara como base de cálculo do imposto, valor inferior aquele apurado com aplicação da Pauta de Preços Mínimos de nº 001/2010. O valor da pauta deve prevalecer enquanto o sujeito passivo não comprovar nos autos o valor efetivamente recebido pelo serviço de transporte. Infração fiscal não ilidida pela recorrente. Mantida a decisão monocrática que julgou procedente o auto de infração. Recurso Voluntário Desprovido. Decisão Unânime.

Vistos, relatados e discutidos estes autos, **ACORDAM** os membros do **EGRÉGIO TRIBUNAL ADMINISTRATIVO DE TRIBUTOS ESTADUAIS – TATE**, à unanimidade em conhecer do recurso voluntário interposto para no final negar-lhe provimento, e confirmar a decisão de Primeira Instância que julgou **PROCEDENTE** o auto de infração, nos termos do Voto do Julgador Relator, constantes dos autos, que fazem parte integrante da presente decisão. Participaram do julgamento os Julgadores: Manoel Ribeiro de Matos Júnior, Nivaldo Joao Furini, Márcia Regina Pereira Sapia, e Carlos Napoleão.

CRÉDITO TRIBUTÁRIO ORIGINAL E PROCEDENTE
FATOR GERADOR EM 24/01/2016: R\$-1.092,92

***CRÉDITO TRIBUTÁRIO PROCEDENTE DEVE SER ATUALIZADO NA DATA DO SEU EFETIVO PAGAMENTO**

TATE, Sala de Sessões, 16 de dezembro de 2021.